

ACTAS

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
Reunião do Conselho Geral de 4 de maio de 2022

----- Ata n.º 1 -----

---Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 15H, reuniu na Sala do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, Paços do Concelho, em Lisboa, o Conselho Geral.-----

---Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I.-----

---Participaram na reunião Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP, acompanhada dos Vice-Presidentes Ribau Esteves, Álvaro Araújo, Alfredo Monteiro e do Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro. -----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral, Carlos Moedas, declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos, antecipadamente enviada aos membros do órgão: -----

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 26/10/2021.-

Ponto 2 – Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022. -----

Ponto 3 – Descentralização administrativa. Ponto da situação. -----

Ponto 4 – Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da ANMP para 2022. -----

Ponto 5 – Aprovação do Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2021. -----

Ponto 6 – Criação de Secções de Municípios: Secção da Ação Climática e Secção Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. -----

Ponto 7 – Outros assuntos relevantes para o Poder Local. -----

Ponto 1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 26/10/2021.
(Anexo II) -----

---Colocada a votação, registou-se a aprovação por unanimidade. -----

Ponto 2. Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022. (Anexo III) -----

---A Presidente do Conselho Diretivo, Luísa Salgueiro, começou por referir que na reunião do Conselho Diretivo realizada ontem, dia 3 de maio, procedeu-se à análise minuciosa da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022 (PLOE2022), tendo o Conselho Diretivo identificado medidas e avanços importantes, mas também um vasto e determinante conjunto de medidas, cruciais para o prosseguimento da missão dos Municípios, que não se encontram devidamente, ou mesmo nada, acolhidas.-----

---De seguida, a Presidente Luísa Salgueiro elencou tais matérias de acordo com o Parecer aprovado pelo Conselho Diretivo, agregando num primeiro grupo as principais

ACTAS

medidas positivas da PLOE2022, num segundo, aquelas que foram avaliadas como um avanço, mas ainda claramente insuficientes para resolver os constrangimentos e, num último, as grandes omissões e medidas adotadas com impacto negativo, merecendo, assim, a Proposta de Lei o parecer desfavorável do Conselho Diretivo. -----

---Contudo, a Presidente Luísa Salgueiro manifestou, como sempre, a total disponibilidade da ANMP para junto da Assembleia da República e do próprio Governo, poder explicitar o conteúdo e alcance dos seus contributos, e assim aperfeiçoar a Lei do Orçamento do Estado para este ano, de modo a harmonizar o seu conteúdo com os legítimos interesses dos Municípios e dos respetivos munícipes.-----

---Intervieram sobre esta matéria os seguintes elementos: -----
Jorge Vala, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós; Anabela Freitas, Presidente da Câmara Municipal Tomar; José Manuel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo; Salvador Malheiro, Presidente da Câmara Municipal Ovar; Inês de Medeiros; Presidente da Câmara Municipal de Almada; Pedro Machado, Presidente da Câmara Municipal de Lousada; Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo; Pedro Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos; . -----

---Colocado a votação o Parecer da ANMP sobre a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022, registou-se a aprovação por unanimidade. -----

Ponto 3. Descentralização administrativa. Ponto da situação. (Anexo IV) -----

---Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo, referiu que a descentralização é um dos temas mais centrais da atualidade da ANMP, tratando-se de uma reivindicação desta Associação e que mereceu a aprovação política por parte do Conselho Geral.-----

---Todavia, neste momento o que está em causa são questões, nomeadamente de conceito, que vão para além das responsabilidades de operacionalização, passando pelo imperativo de ser conferido aos Municípios o poder de decisão na orientação política que estas competências têm nos seus territórios.-----

---A Presidente do Conselho Diretivo sublinhou que a ANMP tem vindo a reunir com os Municípios, no âmbito das entidades intermunicipais, tendo identificado a existência de um conjunto de constrangimentos comuns e transversais a todas as áreas descentralizadas, mas com especial enfoque nos domínios da educação, saúde e ação social, apontando-se, entre outras, dificuldades na obtenção de informações, esclarecimentos e a não correção de dados.-----

---Intervieram neste ponto os seguintes elementos: -----

Manuel Tibo, Presidente da Câmara Municipal de Terras do Bouro; João Manuel Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; António Bota, Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar; Paulo Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Baião; José Manuel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo; António

ACTAS

Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho; José Manuel Silva, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; Vítor Paulo Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura; Inês de Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Almada; Salvador Malheiro, Presidente da Câmara Municipal de Ovar; Francisco Rolo, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital; Aurélio Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande; Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo.-----

Ponto 4 - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da ANMP para 2022. (Anexo V) -----

---Foram colocados a votação o Plano de Atividades e Orçamento da ANMP para 2022, registando-se a aprovação de ambos os documentos por unanimidade. -----

Ponto 5 - Aprovação do Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2021. (Anexo VI) -----

---Foram colocados a votação o Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2021, registando-se a aprovação de ambos os documentos por unanimidade. -----

Ponto 6 - Criação de Secções de Municípios: Secção da Ação Climática e Secção Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (Anexo VII) -----

---A Presidente do Conselho Diretivo, Luísa Salgueiro, fundamentou a proposta de criação das duas Sessões com as orientações definidas no último Congresso, na medida em que estamos perante alguns dos grandes temas da atualidade, justificando-se que a ANMP faça um acompanhamento especial destas temáticas no âmbito da sua atividade.-----

---Colocada a votação a criação das Secções de Municípios, registou-se a aprovação por unanimidade. -----

Ponto 7 - Outros assuntos relevantes para o Poder Local. -----

---Nada a tratar. -----

---Considerando a necessidade de conferir eficácia imediata à deliberação relativa ao Ponto 5 (Aprovação do Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2021) da Ordem de Trabalhos, o Conselho Geral deliberou, por unanimidade, aprovar a deliberação sobre o referido Ponto em minuta.-----

ENCERRAMENTO: -----

---Nada havendo mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pelo

ACTAS

Secretário-Geral da ANMP. -----

NOTA: Das intervenções realizadas encontra-se arquivada na Secretaria-Geral da ANMP
cópia áudio. -----

O Presidente do Conselho Geral



Carlos Moedas

O Secretário-Geral



Rui Solheiro

**Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
Reunião do Conselho Geral de 5 de julho de 2022**

----- Ata n.º 2 -----

---Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 15H, reuniu na
Sede da ANMP, em Coimbra, o Conselho Geral.-----

---Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I.-----

---Participaram na reunião Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP,
acompanhada dos Vice-Presidentes Rui Santos, Alfredo Monteiro, Ribau Esteves, Hélder
Sousa e Silva, Álvaro Araújo, e do Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro. -----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral, Carlos Moedas,
declarou aberta a reunião, tendo estruturado a ordem de trabalhos prevista, face à
importância do Ponto 2, nos seguintes termos:-----

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 04/05/2022.-

Ponto 3 – Outros assuntos relevantes para o Poder Local. Participação da ANMP como
Associado Honorário Coletivo na ACEC Associação Círculo de Estudos do Centralismo.---

Ponto 2 – Descentralização administrativa. Ponto da situação.-----

Ponto 1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 04/05/2022.
(Anexo II) -----

---Colocada a votação, registou-se a aprovação por unanimidade. -----
